

Ao participar do seminário ontem promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial para discussão do problema da hiperinflação, o embaixador Rubens Ricupero, fazendo *blague*, lembrou observação de um dos seus amigos segundo a qual a inflação que mais se registra no Brasil é exatamente "a inflação de seminários"... Nosso representante em Genebra acrescentou, no entanto, que certamente nunca será demasiado alertar, mesmo ao ponto de cansar, quanto ao perigo representado por uma hiperinflação, fenômeno que já estamos encarando com perigosa naturalidade. No que lhe assiste razão, porquanto se ouviram ontem não apenas teóricos, mas ainda pessoas que participaram diretamente da elaboração de programas de estabilização e de sua implementação, bem-sucedidos.

Foi o caso da intervenção do sr. Emmanuel Sharon que, na qualidade de diretor do Ministério das Finanças de Israel, presidiu o grupo que projetou e pôs em prática o frutuoso programa de 1985. O caso israelense, ainda que se leve em conta as grandes diferenças existentes em relação ao brasileiro, tem o mérito de traduzir uma iniciativa bem-sucedida, após duas outras malogradas, o que permite pensar que, no Brasil,

uma quarta tentativa talvez venha a dar certo...

O ex-funcionário do governo de Israel procurou justamente analisar as razões de tal êxito à vista dos malogros que caracterizaram os planos anteriores. Devemos ligar diretamente a sua intervenção à situação brasileira. O sr. Sharon começou por uma definição importante: "O cerne, mesmo de um programa heterodoxo, deveria ser de natureza ortodoxa". Não escondeu o debatedor que, para ele, o controle de preços (que não representou aliás um congelamento) teve mais um efeito psicológico, para agradar a sociedade, do que um papel preponderante no plano israelense. Em Israel, tal controle foi realizado com um mínimo de rigor, mobilizando apenas 54 pessoas (o grifo é nosso). Não durou mais que três meses e nunca foi rígido nem considerado essencial pelos autores do programa de estabilização. Não foi porém o caso do programa fiscal e monetário, que logrou êxito até superior ao previsto, tendo os autores do Plano subestimado os efeitos profundos de uma volta à normalidade sobre as receitas do Estado, a tal ponto que o déficit resultou inferior ao que se pensava.

Muito se aludiu à importân-

cia da ajuda norte-americana no êxito do programa israelense. O conferencista salientou dois fatos que nos parecem importantes no que tange ao caso brasileiro: o auxílio dos Estados Unidos foi dado em função do programa e somente após sua adoção, abstendo-se as autoridades norte-americanas, no meio tempo, de formular sugestões; a concessão da ajuda (1,5 bilhão de dólares) não foi decisiva para a frutificação do Plano, tendo apenas contribuído para restabelecer a confiança no país e no estrangeiro.

Transportando-se tal experiência para o Brasil, poder-se-á dizer que não devemos esperar a obtenção de um acordo com os credores para que se estabeleça um plano de estabilização, devendo este, porém, decorrer normalmente de uma política bem definida e séria a exercer-se no plano interno. O sr. Emmanuel Sharon não escondeu as dificuldades que teremos de enfrentar, nos planos técnico, psicológico e legal, para que o Brasil possa abandonar um sistema de indexação, do qual talvez nos vangloriemos excessivamente. Reconheceu, a propósito, que o governo israelense não foi feliz na sua tentativa de livrar-se da indexação dos salários. A experiência de Israel mostra que os dispêndios de um programa de es-

tabilização são muito menores do que se imagina, podendo-se afirmar, segundo lembrou o responsável pelo programa, que o custo econômico e social do empreendimento, em Israel, foi muito inferior àquele que resultaria da continuidade da inflação.

Ao longo dos debates no seminário do Instituto Braudel, diversos oradores tiveram a oportunidade de alertar que é muito difícil saber-se quando um país ingressa na hiperinflação, e que é perigoso adiar, sob qualquer pretexto, a adoção das medidas necessárias ao afastamento do perigo. O responsável pelo programa de Israel apontou, como condição essencial, o apoio do público, não forçosamente o do que chamou de instituições. Lembrou que em seu país houve, nos primeiros dias, oposição dos círculos políticos e dos sindicatos, os quais porém mudaram de atitude ao perceberem que o programa era bem acolhido pelo público.

Hoje, a tarefa mais urgente do nosso governo seria talvez a de conscientizar os agentes econômicos dos graves perigos representados por uma hiperinflação, e não apenas procurar o apoio do Congresso ou dos sindicatos. O pacto social a nada levou em Israel, logrando êxito, porém, aquele estabelecido com a sociedade.